

Quarenta toneladas de haxixe apreendidas em Maputo

“Quem é o Iqbal do haxe?”

PÚBLICO, 30.5.95

A POLÍCIA de Maputo apreendeu quarenta toneladas de haxixe, que valem tanto como as exportações anuais do país. As guias de remessa estão assinadas Mahomed Iqbal, o nome de um dos homens mais ricos de Moçambique, candidato a deputado pela Frelimo e figura de destaque na comunidade muçulmana.

O comandante da Polícia da República de Moçambique (PRM), Carlos Rungo, diz que a apreensão foi fruto de “um trabalho de rotina”. Agentes da sua corporação interpelaram os condutores de dois camiões no bairro 25 de Junho, questionando-os sobre a natureza da carga. O responsável pelo carregamento, Samudine Abdul Setar, respondeu que se tratava de remédio para o tratamento de pintos.

Foram ver e era haxixe. O produto apresentava-se sob a forma de tablets de um quilograma em embalagens de castanha de ca-

ju, seladas em latas de 20 litros. Setar não possuía qualquer documento de carga e, vendo-se descoberto, terá tentado subornar os agentes, oferecendo-lhes qualquer coisa como 65 contos, dez vezes o que ganha um polícia por mês. Estranhamente, os homens da PRM recusaram o suborno.

Samudine Setar foi dali para a 15ª esquadra, de onde transitou para a cadeia da Machava, onde tem vindo a ser interrogado. Os dois camiões Volvo foram encaminhados ao Comando da PRM, com a respectiva carga.

As viaturas tinham sido alugadas à empresa Frio-Técnica e no momento da apreensão saíam de um armazém alugado à Emochá. A guia de remessa da carga encontrada no armazém pela Polícia de Investigação Criminal (PIC) tem o nome de Mohamed Iqbal, que as autoridades identificaram como “um dos sócios da empresa Gani Comercial”.

Mohamed Iqbal Gafar, sócio-gerente de Gani Comercial, reagiu de imediato, escrevendo aos jornais e anunciando que o Mohamed Iqbal das remessas de haxixe “não tem qualquer relação” consigo nem com a sua empresa. Ele, Mohamed Iqbal, presidente do Conselho de Administração do Grupo AGT, que engloba as empresas Gani Comercial e Organizações Trevo, é sem dúvida um dos homens mais ricos de Moçambique e foi candidato à Assembleia da República nas listas da Frelimo na província de Namúbia.

Foi ali que o seu avô, pobre imigrante do Índia, arrancou do nada para construir uma fortuna baseada na comercialização agrária. Entre os produtos fortes do Grupo AGT figura a castanha de caju, exportada para o subcontinente indiano para processamento. Coincidentemente, caju era o conteúdo anunciado nas embalagens do haxixe apreendido.

Entretanto, foi anunciado que a polícia está convencida agora que o haxixe era proveniente do Paquistão e se destinava a ser comercializado na Europa. A comunicação social moçambicana tem dado grande destaque ao “caso do haxixe”, não somente pelo volume da apreensão de droga, o maior jamais registado em Moçambique, como pelo facto de Mohamed Iqbal Gafar ser um dos mais conhecidos empresários do país.

Muhammad Pazhanta, Gafar é contudo conotado com a “ala progressista” do islamismo moçambicano, que se aliou à Frelimo por ocasião das eleições de Outubro passado. Mohamed Iqbal Gafar mantém um estilo de vida ocidentalizado, coleciona automóveis de luxo e tem os filhos a estudar na Escola Portuguesa de Maputo.

O presidente do Grupo AGT considerou que tudo não passa de uma história “de mau gosto” e exigiu que a PIC precisasse que Mohamed Iqbal não é Mohamed Iqbal. A polícia, contudo, escusou-se ao desmentido, alegando que tudo está ainda em aberto.

João Pinto de Sá, em Maputo

AOS BOLSISTAS CABO-VERDIANOS

Aproximam-se as eleições em Cabo Verde.

Vá ao Consulado mais próximo e participe do RECENSEAMENTO.

Você vai poder votar no próprio Consulado.

O prazo de recenseamento encerra-se em 19 de julho.

Não deixe para a última hora.

Para maiores informações, entre em contato com o Consulado.

Buthelezi desafia governo de Mandela

NOVO JORNAL, 24.5.95

O líder do Partido Inkatha da Liberdade (IFP) e ministro sul-africano do Interior, Mangosuthu Buthelezi, renovou no domingo o seu apelo aos simpatizantes da sua organização para que resistam ao que descreveu como a "arrogância" do governo central de Nelson Mandela.

O desafio de Buthelezi surgiu 24 horas após Mandela ter, por sua vez, renovado o seu aviso de cortar o financiamento pelo governo central à administração da província do Kwazulu/Natal, dominado pelo IFP, caso esses fundos sejam utilizados em campanhas e acções desestabilizadoras. Nelson Mandela avisou ainda que no caso de os poderes que actualmente lhe são atribuídos se revelarem insuficientes para lidar com os problemas de violência no país e, em particular, da referida província, a Constituição interina sofreria alterações para ultrapassar tais limitações.

Em reacção aos avisos do presidente sul-africano, Buthelezi voltou a apelar à resistência dos seus apoiantes, por meios pacíficos, ao que afirmou ser a arrogância do governo central.

"Resistiremos pacificamente a quaisquer métodos que sejam utilizados para nos intimidar", desafiou o ministro do Interior. "Fá-lo-emos armados apenas com a nossa coragem e determinação e com a nossa força e empenho na não-violência".

Buthelezi precisou que os métodos a seguir nesse sentido pelos seus seguidores - para a defesa dos princípios do pluralismo, autodeterminação e liberdade - seriam, "à imagem dos aplicados por Mahatma Ghandi, de resistência passiva.

Três pessoas ficaram entretanto feridas nesse dia quando forças policiais dispararam sobre um grupo de cerca de 800 manifestantes que bloqueavam uma auto-estrada em Nyoni, a sul de Empangeni, próximo de um local onde Mandela presidira horas antes a um comício.

O porta-voz da polícia do Kwazulu/Natal, tenente-coronel Bala Naidoo, afirmou que os disparos fo-

ram efectuados após a multidão ter apedrejado um veículo da polícia.

Sob um aparatoso sistema de segurança, formado por cerca de dois mil polícias e elementos das forças armadas (segundo a Associação de Imprensa Sul-africana, SAPA), Mandela observou que aqueles que falavam de resistência pacífica tinham falhado em criticar actos de violência.

"Fazer tais apelos no meio de violência política e tensão nesta província é extremamente irresponsável", sublinhou Mandela, que recentemente avisou de que iria submeter à análise do governo este tipo de afirmações feitas pelo seu ministro do Interior.

A avaliação das afirmações de Buthelezi é tanto mais crítica por Mandela estar a ser pressionado pelos sectores mais militantes do seu partido, o Congresso Nacional Africano, ANC, de usar para com o líder do Inkatha o mesmo critério que o levou a afastar do governo a sua antiga



Mangosuthu Buthelezi

mulher Winnie Mandela, segundo informações da imprensa estrangeira.

Aquela que em tempos fora reconhecida pelos negros mais desfavorecidos do país como a "mãe da Nação", foi demitida do governo em Abril por atitudes e afirmações de irreverência ao governo presidido por Nelson Mandela.

Notícias Africanas

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS, do Conjunto Universitário Cândido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Amaral Ferreira). Apoio: Fundação Ford. Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto (coordenação); Williams Neto (arte-final); Gicélia da Conceição e Sônia Maria (composição). Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (Subscrip-

tions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to): Sociedade Brasileira de Instrução - Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Rua da Assembleia, 10, Conjunto 501 - CEP 20119-900, Rio de Janeiro - RJ - Brasil - Tel. (021) 531-2000/R. 259 e 531-2636, Fax (021) 531-2155. - Assinatura anual (em dólar comercial): Instituições internacionais: US\$ 250.00; nacionais: US\$ 200.00; Pesquisadores: US\$ 100.00. WE ASK FOR EXCHANGE.

PAICV na Internacional Socialista

PÚBLICO, 30.5.95

O COMITÉ África da Internacional Socialista, reunido na Cidade da Praia durante o último fim-de-semana, encarregou o secretário-geral do Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV), Aristides Lima, de contactar os partidos da Guiné-Bissau interessados em aderir àquela família política.

Segundo o secretário-geral da organização, o chileno Luis Ayalla, a IS — que agrupa mais de 100 partidos de orientação social-democrática ou de socialismo democrático — ficará atenta às “recomendações e orientações” de Lima quanto ao partido ou partidos guineenses que poderão aspirar a um lugar na grande família.

O PAICV, que fora em 1992 a primeira formação política de um país africano de língua oficial a solicitar a sua adesão à Internacional Socialista, obteve o estatuto de membro efectivo durante a reunião que o Comité África agora efectuou na Cidade da Praia, com a presença de Ayalla e do secretário do Partido Socialista português para as Relações Externas, José Lamego.

Ao encarregar Aristides Lima de dialogar com o PAICV ou com qualquer outra formação guineense que possa manifes-

tar interesse na adesão, o Comité África aumentou o prestígio de uma figura que internamente bastante se bate pela sua afirmação como dirigente político (pois não tem o peso dos seus antecessores no cargo [Aristides Pereira e Pedro Pires]).

Lamego esteve agora na Praia a apadrinhar o PAICV pouco mais de quatro anos depois de aqui ter vindo, como convidado de uma formação rival, o Movimento para a Democracia, de Carlos Veiga (MpD), observar as primeiras eleições multipartidárias realizadas no arquipélago.

Amigo de todos

Interrogado pelo PÚBLICO sobre se haveria nisto alguma contradição, esclareceu que é um velho amigo de Veiga e de outra personalidade que nessa altura também estava no MpD, Jorge Carlos Fonseca, que entretanto viria a transitar para um novo partido, o da Convergência Democrática (PCD); pelo que em Janeiro de 1991 estivera na ilha de Santiago como “observador individual”. Mas também é amigo de Aristides Lima e no sábado prestou ho-

menagem pública ao PAICV, por ter promovido a abertura democrática e acatar os resultados das primeiras eleições livres, que lhe foram desfavoráveis.

Questionado entretanto sobre Pedro Lamego, que na reunião do último fim-de-semana representava o secretário-geral do PS português, Aristides Lima afirmou que “muita água passou pelo moinho” desde o início de 1991 e que o visitante decerto conhecerá hoje melhor Cabo Verde.

Entretanto, a FRELIMO passou a ter o estatuto de “partido observador”, primeiro passo para uma eventual adesão à Internacional Socialista. Mas o MPLA, representado na Praia pela figura histórica de Paulo Jorge, actual governador da província de Benguela, só mais tarde ouvirá uma resposta ao seu pedido de entrada.

Quanto ao quinto PAI-LOP, São Tomé e Príncipe, Luis Ayalla disse que a IS ainda não conhece em pormenor o processo político que se tem verificado ao longo dos últimos anos naquele arquipélago equatorial. Mas outras informações acrescentam que o MLSTP/Partido Social De-

mocrata, agora de regresso ao poder, encontra-se dividido, com uma ala a defender a adesão à família do socialismo democrático e outra a preferir a Internacional Liberal, com a qual aliás já mantém relações.

Um dos oradores dos trabalhos de sábado e domingo na Cidade da Praia foi o presidente do PAICV, e antigo secretário-geral, Pedro Pires, cuja comunicação sobre a “Gestão de Conflitos em África” vai ser distribuída por todos os organismos da IS, de modo a ter eventual seguimento durante o Conselho Mundial que a grande família socialista efectua dias 10 e 11 de Julho na Cidade do Cabo.

Pedro Pires é visto em Cabo Verde como um potencial candidato do seu partido à Presidência da República, nas eleições que deverão ter lugar no início de 1996, enquanto Aristides Lima procurará — ainda em finais do presente ano — conduzir o PAICV numa tentativa de regresso ao Governo. ■

José Vicente Lopes,
na Cidade da Praia

Em ano de eleições em Cabo Verde

Vandalismo religioso inquieta partidos políticos

PÚBLICO, 1.6.95

NO ÚLTIMO fim-de-semana, quatro capelas de Santa Catarina, concelho situado no interior de Santiago — a ilha mais populosa e católica do país — foram arruïnadas e as imagens destruídas, tendo os prejuízos sido avaliados em mais de dois mil contos. Segundo as autoridades policiais, um indivíduo marginal, com sintomas de perturbação mental, foi preso para averiguações, em virtude de há tempos ter retirado o crucifixo de uma capela também nesse concelho.

O episódio do último fim-de-semana ocorre poucas semanas depois de uma igreja de São Domingos (também ilha de Santiago) ter sido alvo de uma acção semelhante, isto é, roubo e destruição da imagem do santo padroeiro, com mais de 100 anos.

A poucos meses das eleições, estes episódios de vandalismo religioso estão a preocupar os partidos políticos, num país em que o catolicismo é a religião professada pela grande maioria dos cidadãos.

As circunstâncias em que estes crimes foram cometidos —

os actos de vandalismo nas igrejas e capelas não poupam sequer as imagens dos santos — levam as autoridades policiais a deduzir que existe uma acção organizada com vista a desestabilizar o clima reinante no país, embora a primeira vista prefiram partir do princípio de que se trata de roubo e vandalismo.

O padre José Constantino, de Santa Catarina, considerou o assalto às quatro capelas por que é responsável como um “ataque à Igreja”. Usando uma metáfora, diz que há “três carruagens” por trás deste tipo de comportamento. Na primeira seguem indivíduos, geralmente delinquentes, que podem ser utilizados por pessoas “montadas na segunda carruagem” e que lhes dão apoio moral. Na terceira, seguem “aqueles que querem colher dividendos políticos, sociais e económicos desta situação”. E, para que não restem dúvidas, o pároco situa nesta última carruagem os próprios partidos políticos ou gente a eles afectos.

Incomodados, os representantes dos dois principais parti-

dos — o Movimento para a Democracia (MpD), no governo, e o Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV), na oposição — condenaram na terça-feira, na Assembleia Nacional, o que consideraram ser uma agressão ao sentimento religioso dos cabo-verdianos.

Mais incomodado, por se desenharem novamente na comunicação social estatal a tendência de lhe atribuir a culpa de tais actos, o PAICV, através do seu líder Aristides Lima, condenou a utilização da religião como “bengala política”, numa alusão ao seu adversário MpD, cujos dirigentes, não obstante a sua pouca fé, não têm, nos últimos tempos, perdido oportunidade de aparecer em actos religiosos ou ligados à Igreja Católica.

Ao que tudo parece indicar, o PAICV procura desfazer também a imagem do relacionamento ténue que manteve com a hierarquia católica cabo-verdiana durante os 15 anos do seu regime de partido único. Em 1991, por altura das primeiras eleições multipartidárias, os padres fo-

ram acusados de ter feito campanha contra o PAICV, em virtude de este ter aprovado em 1986 a lei que despenaliza o aborto, em vigor apesar da oposição da Igreja.

Também por altura das primeiras eleições livres, vários incêndios de culto foram assaltados e roubados sem que as autoridades pudessem identificar os autores dos crimes. Para evitar que o fenómeno se repita, agora contra o MpD, o líder parlamentar deste partido, André Afonso, interpretou os actos contra as quatro capelas de Santa Catarina como forma de se fazer crer que os assaltos às igrejas não aconteciam apenas no regime anterior.

A melindrosidade do assunto torna-se mais evidente em virtude de faltarem menos de seis meses para os cabo-verdianos começarem a voltar às urnas para uma nova série de eleições, depois de cinco anos de regime democrático, tido em África como exemplo. ■

José Vicente Lopes,
na Cidade da Praia

Guerra em Angola é uma das causas para reaparecimento da doença

Tuberculose preocupante

PÚBLICO, 1.6.95

Aguiar dos Santos
em Luanda

A data da independência, as autoridades coloniais davam-na como praticamente controlada. No entanto, 20 anos passados, a tuberculose constitui motivo de preocupação em Angola. Tanto maior quanto atinge a "força viva" do país. Consensual parece ser que a sua erradicação passa pela melhoria das condições socioeconómicas da população.

Mais de sete mil casos de tuberculose (7157) foram diagnosticados em Angola em 1994, dos quais cerca de metade na capital e os restantes nas províncias de Benguela, Namibe, Huila e Huambo. A doença tem maior incidência na população com idade entre os 15 e os 29 anos, com 1749 casos da doença registados no mesmo período. Um facto "preocupante", na opinião de Ambrósio Dissadidi, director do Programa Nacional do Controlo de Tuberculose (PNCT), "porque é nesta faixa etária que se concentra a força viva de uma nação."

Até muito recentemente, o Bié não figurava entre as regiões do país mais atingidas pela tuberculose, mas dados revelados na semana passada confirmam a evolução ser preocupante da doença nesta região do centro do país. Dos cerca de 50 mil habitantes do município do Cuito, 25 por cento sofrem de tuberculose oculta ou de outras doenças respiratórias com tendência a evoluir para a tuberculose pulmonar.

Um inquérito realizado por especialistas do Ministério da Saúde permitiu também concluir que, na capital do Bié, 55 em 250 pessoas sofrem de tuberculose e 25 em 100 têm tosse há mais de três meses.

Confrontado com estes dados, o ministro da Saúde reconheceu ao PÚBLICO haver, "neste período do conflito pós-eleitoral, sérias preocupações acerca da propagação da tuberculose no país". Mas Martinho

Epalanga remeteu para uma melhoria das condições socioeconómicas a esperança de ver diminuir o impacto desta epidemia em Angola.

"Principalmente nas províncias onde a base de sustento foi mais atingida, existe um grande índice de casos de tuberculose", adiantou o governante, concluindo: "Se melhorarmos a situação alimentar e não só, a tendência será para diminuir."

Sarar as feridas da guerra

Os primeiros sintomas da doença traduzem-se em tosse prolongada, que pode durar até quatro semanas, emagrecimento e falta de apetite. Tendo em conta que, como frisou a médica portuguesa Maria de Lurdes Antunes, da Direcção-Geral de Saúde portuguesa, "é nas franjas em pior situação socioeconómica que a tuberculose mais se propaga", o combate à doença passa também pela melhoria do saneamento básico e da higiene individual.

E o ministro da Saúde reforça as teses da médica portuguesa: "O desenvolvimento do bacilo [de Koch] está relacionado com a deterioração económica e sanitária. Vamos aumentar o número de equipas para fazer o rastreio no seio da população mais atingida, mas o combate à doença passa também pelo sarar das feridas da guerra."

Os chamados grupos de contacto íntimo — família, namorados, companheiros de escola e de emprego — são os mais expostos ao contágio. "A família e os namorados constituem o principal grupo que deve ser rastreado", sustenta Maria de Lurdes Antunes. "Nos contactos ocasionais", precisa a médica portuguesa, "a possibilidade de contágio é mínima."

Um segundo grupo etário que requer cuidados especiais são os recém-nascidos e os filhos dos seropositivos (em Angola existem pelo menos mil casos controlados). "A vacina da BCG deve ser ministrada a todos os recém-nascidos, mesmo nos casos de filhos de pessoas infectadas com o HIV", explica o director do PNCT. Só que, acrescenta, "com o aumento da sida, não temos dinheiro para fazer o teste nos casos dos tuberculosos".

Ambrósio Dissadidi enumerou um rol de carências que, embora o Programa Nacional do Controlo de Tuberculose tenha como principal objectivo "reduzir a morbilidade e a mortalidade

causadas pela tuberculose", não permitem grandes êxitos. "Há uma ruptura constante de medicamentos, material de laboratório e reagentes. Não temos sequer um aparelho de radiologia e o único microscópio foi roubado", lamenta-se o médico, para quem "o programa não funciona porque o sistema não funciona".

Além da elevada taxa de abandono do tratamento por parte dos doentes, Dissadidi considera que as estatísticas ficam aquém dos valores reais, dando assim razão aos que defendem a existência de um maior número de tuberculosos em Angola.

"Desde 1987 que os dados de controlo são muito pouco fiáveis", diz o director do PNCT, para reconhecer que "não basta o médico tratar, é preciso saber o resultado". Em média, a cura de um paciente demora um ano, mas é aconselhável esperar mais três a seis meses para obter a garantia de cura.

Extinguir os sanatórios

Dados da Organização Mundial de Saúde confirmam que, há três anos, o índice de tuberculosos em Angola era de 108 casos em 100 mil habitantes. Quanto aos países da África subsariana, os doentes representavam oito por cento dos oito milhões de novos casos registados no mundo em 1993.

Um recente "workshop" internacional sobre tuberculose, realizado em Luanda por iniciativa dos Serviços Médicos Militares, alertou para o facto de

também as Forças Armadas Angolanas (FAA) constituírem terreno fértil para a propagação do bacilo de Koch.

"A tuberculose constitui uma importante causa de indisponibilidade de efectivos militares, logo após a malária e os traumatismos de guerra, tendo mesmo tendência a ascender para os lugares cimeiros na estrutura de morbilidade [mortalidade por doença] das FAA", reconheceu-se no encontro. E concluiu-se ser imperioso o desenvolvimento de um programa de controlo da doença que permita o seu diagnóstico precoce e reduzir os valores da mortalidade registados. Dos 129 doentes com tuberculose internados no Hospital Militar Central, em Luanda, no primeiro trimestre deste ano, 14 morreram.

De acordo com bibliografia da época, a tuberculose foi detectada em Angola "em 1856, numa região do litoral", mas as autoridades coloniais consideravam-na praticamente controlada quando da independência, em 1975.

Existe, em cada uma das 18 províncias, um hospital-sanatório, encarregado do rastreio da doença e do seu tratamento ambulatório, mas trata-se de um modelo pelo qual Ambrósio Dissadidi não morre de amores: "No mundo, já não existem sanatórios, os doentes devem ser internados nos hospitais comuns porque, uma vez diagnosticada a doença, os riscos de contaminação não são grandes." E o médico conclui: "Os sanatórios deveriam ser extintos." ■

Cocaína pura em Cabo Verde

UM CIDADÃO nigeriano, de 22 anos, foi detido na madrugada de sábado no aeroporto da ilha do Sal na posse de 3,2 quilos de cocaína pura, revelou ontem à agência Lusa uma fonte policial. Trata-se da quarta apreensão de cocaína no espaço de um mês, naquele país, que se tem vindo a transformar numa placa giratória de tráfico de droga para a Europa. O cidadão nigeriano viajava num voo da companhia russa Aeroflot, proveniente do Brasil, que efectuou uma escala técnica na ilha do Sal. ■

PÚBLICO, 1.6.95

Analfabetismo na África do Sul

OITENTA por cento dos negros sul-africanos são incapazes de ler jornais, segundo um estudo sobre alfabetização publicado ontem. A investigação, conduzida pelas universidades de Harvard (EUA) e da Cidade do Cabo, revela grandes diferenças nas capacidades de leitura entre os brancos, os negros, os indianos e os mestiços da África do Sul. O nível de alfabetização dos brancos é duas vezes mais elevado do que o dos negros e o dos mestiços encontra-se entre estes dois grupos, mas foi nos indianos que os autores do estudo encontraram a maior taxa de alfabetização. ■

PÚBLICO, 1.6.95

Augusto Tomás, ministro da Economia de Angola

Primeiro a paz, depois os investimentos

PÚBLICO, 1.6.95

MAIS DO que pedir aos empresários portugueses para investirem em Angola, o ministro angolano da Economia e Finanças, Augusto Tomás, deslocou-se a Portugal, numa visita que termina hoje, para informar os potenciais investidores sobre a realidade do seu país e sobre as medidas que o Governo de Luanda tenciona aplicar.

Em declarações ao PÚBLICO, Augusto Tomás afirmou estar em Portugal com "a mensagem da verdade" e "não para fazer promessas". O próprio ministro sabe que ainda é cedo para se fazerem promessas devido à situação política e

económica de Angola. "A paz tem que ser consolidada, assim como a economia", sublinhou.

Do ponto de vista económico, Augusto Tomás referiu que o Governo de Angola quer avançar com um programa, em 1995 e 1996, que trave a degradação da economia do país, para depois nos anos seguintes "partir para a estabilização e reestruturação da economia". Só depois de concluída — ou numa situação com carácter irreversível — é que começarão mais a sério os apelos ao investimento estrangeiro e particularmente ao portu-

guês, deixou entender. No entanto, o ministro sublinhou que o Governo angolano vai desde já regulamentar o investimento estrangeiro e criar legislação adequada "que permita o repatriamento dos dividendos".

As sementes serão lançadas já, a começar pelos objectivos de contenção do défice orçamental e da inflação par da reorganização de vários sectores e serviços. Entre estes conta-se o sector bancário e a criação de uma Agência do Investimento Estrangeiro, do Tribunal de Contas, do Tribunal do Contribuinte e Execução Fis-

cal e ainda do Instituto de Participações do Estado.

A nova política, "orientada para a criação de uma economia de mercado" apoiará ainda as pequenas e médias empresas angolanas e lançará as privatizações, visando-se aqui "criar condições para o acesso das empresas angolanas" às unidades a privatizar. Em todo este processo, adiantou, a participação portuguesa "ser sempre bem-vinda", dando a entender que quem quiser investir agora que o faça e quem quiser esperar que espere, pois que o seu objectivo fundamental era "dizer a verdade sobre a situação do meu país". ■ J.S.

África do Sul em dias conturbados

De Klerk e conservadores criticam Mandela

PÚBLICO, 3.6.95

O PARTIDO Conservador da África do Sul declarou ontem que o Presidente Nelson Mandela deveria ser julgado, por ter reconhecido que ordenara aos serviços de segurança do seu movimento que disparassem a matar, se necessário, a fim de defender as instalações do ANC em Joanesburgo, no mês de Março do ano passado, pouco antes das primeiras eleições abertas a todos os cidadãos.

O líder dos conservadores, Ferdi Hartzenberg, pediu a demissão imediata de Mandela, um dia depois de o segundo vice-presidente, Frederik de Klerk, do Partido Nacional, ter afirmado que a inimidade entre o actual chefe do Estado e o ministro do Interior, Mangosuthu Buthelezi, está a ameaçar a nova democracia sul-africana.

Umhas 60 pessoas foram mortas na região de Joanesburgo no dia 28 de Março de 1994, quando partidários de Buthelezi — militantes do Inkatha — desfilaram pelas ruas e tiveram um confronto com o pessoal de guarda a um edifício do ANC.

Oito das vítimas morreram a tiro junto as instalações do maior movimento político sul-africano e Mandela esclareceu quinta-feira no Senado haver sido ele quem deu instruções para os guardas dispararem se o edifício fosse atacado pelos manifestantes. Mas também

disse que antes disso o pessoal do Inkatha matara 32 pessoas no Soweto e que a polícia se recusara a isolar com arame farpado a sede do ANC.

Perante estas declarações presidenciais, o partido de Buthelezi pediu agora uma investigação policial e uma comissão de inquérito ao papel que o seu principal adversário desempenhou nos acontecimentos de Março do ano passado, quando o Inkatha ainda se recusava a participar nas eleições gerais.

Na quarta-feira desta semana, 101 sobreviventes e parentes das vítimas dos incidentes junto ao edifício do ANC abriram um processo a Mandela e ao seu movimento, tendo solicitado indemnizações no valor de 10 milhões de randes (400 mil contos).

Perto de 1600 pessoas morreram em actos de violência política desde Abril do ano passa-

do, altura em que o ANC ganhou folgadoamente as eleições para a Assembleia Constituinte, deixando em segundo lugar o Partido Nacional e em terceiro o Inkatha, grupos com os quais viria a formar Governo.

Mais de 60 por cento dessas mortes ocorreram na província do Kwazulu/Natal, onde o Inkatha é maioritário; e por isso é que o antigo Presidente De Klerk veio agora a público pedir que "todos se comportem como verdadeiros estadistas", para

que as divergências entre as formações lideradas por Mandela e por Buthelezi não coloquem em perigo o Governo de Unidade Nacional.

Planos para Volkstaat

"Toda a África do Sul está a sofrer por os principais protagonistas não serem capazes de actuar de uma forma construtiva", notou De Klerk, cujo papel de liderança entre a minoria branca é contestado pela Frente da Liberdade, do general Constand Viljoen, pelo Partido Conservador e por outras forças mais à direita.

Viljoen apresentou na semana passada a Mandela a proposta de se estabelecer um Volkstaat, ou região autónoma para afrikaners, numa zona que passa perto de Joanesburgo e que envolve Pretória. E o Presidente disse quinta-feira que a ideia deverá ser devidamente debatida, tendo em conta o con-

tributo que o antigo Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas deu para que muitos brancos não boicotassem as eleições.

Entretanto, Fred Rundle, porta-voz do AWB, de extrema-direita, declarou ao PÚBLICO que o Conselho do Volkstaat, constituído pelos deputados eleitos pela Frente da Liberdade, não tem mandato para agir em nome de todos os afrikaners, estando até mesmo disposto a aceitar um Estado boer sem soberania absoluta, sujeito aos "comunistas do ANC".

O Partido Nacional, por seu turno, rejeita tanto a proposta concreta de região autónoma apresentada por Viljoen como o próprio conceito de um Volkstaat, ou Estado só para afrikaners, preferindo que o todo sul-africano seja compartilhado em pé de igualdade por negros, brancos, mestiços e indianos. ■

Steven Lang, em Joanesburgo, com Reuters



Mandela e Buthelezi tentam compreender o papel do partido Inkatha. (M. G. S. S.)

Petróleo paga dívida

EXPRESSO, 3 6 95

GUSTAVO COSTA
correspondente
em Luanda*

«DOS vinte e seis carregamentos de petróleo efectuados este ano apenas seis foram registados pelo Banco Nacional de Angola.» É neste quadro de virtual falta de transparência, traçado pela missão do Fundo Monetário Internacional que esteve em Luanda, que o ministro das Finanças angolano iniciou a sua primeira visita oficial a Portugal. Augusto Tomás foi apresentar às autoridades portuguesas um plano de relançamento da cooperação financeira entre os dois países através da reoperacionalidade dos créditos contra a reactivação dos fornecimentos de petróleo por parte de Angola.

O titular da pasta das Finanças angolano desmente aqueles números sem adiantar dados mais precisos, mas faz questão de manifestar o seu optimismo quanto ao cumprimento das entregas programadas para 1995: «Existiram atrasos em relação a 1994 mas os esforços desenvolvidos nos últimos tempos permitem tornar este ano a situação satisfatória.»

Com uma economia «petrodolorizada», a falta de ordenação entre a Sonangol,

o Tesouro e o Banco Nacional de Angola (BNA) poderá reflectir-se nos compromissos que Augusto Tomás pretende honrar para saldar a dívida angolana a Portugal e para atenuar os efeitos de atrasados para com a Rússia (mais de 4 mil milhões de dólares), credores do Clube de Paris (mais de três mil milhões), outros países da Europa de Leste e China e Cuba (mais de seis mil milhões). Para obstar a esta situação e para depurar «zonas cinzentas», Augusto Tomás está a preparar uma comissão composta por membros das três entidades.

A reactivação dos carregamentos de crude é uma condição «sine qua non» para Portugal, que, através de uma nota do gabinete do secretário de Estado da Cooperação, a que o EXPRESSO teve acesso, fez saber às autoridades de Luanda que «se os desvios nos carregamentos não forem rectificadas, a banca não está disposta a aumentar a sua exposição com Angola, não estabelecendo assim a abertura das linhas de crédito ao abrigo do acordo da COSEC». É a

nota do gabinete de Biosa e Gala vai mais longe, chegando ao ponto de manifestar um certo desalento do Governo português devido «à falta de diálogo por parte do BNA para com a comissão de credores», que está a gerar crescentes dificuldades de gestão no plano interno português.

Ao pretender imprimir uma nova dinâmica à diplomacia financeira angolana, Augusto Tomás pretende dar mostras de que essa tendência começa a inverter-se, e já confirmou a realização, durante o mês de Junho, do quarto carregamento de petróleo ao abrigo do acordo-base de regularização da dívida para com Portugal.

Nos termos desse acordo, o ministro das Finanças angolano garantiu que, a partir de Outubro, Angola vai aumentar os carregamentos de 20 mil para 25 mil barris de petróleo — o correspondente a 12 carregamentos — para fazer face aos pagamentos atrasados.

Portugal pretende, no entanto, que não se repitam este ano os desvios, na ordem de 55 por cento, verificados em

1994 nos fornecimentos de crude. Um número que Augusto Tomás considera «pecar por defeito», mas que, mesmo assim, graças ao refinanciamento da maioria dos créditos do Estado e outros avaliados em mais de 600 milhões de dólares, permitiu a Angola regularizar parte da dívida até Dezembro e adiar o seu vencimento para 1995 e anos seguintes.

Este acerto permitiu que a aplicação dos fluxos cambiais transferidos por Angola em 1994, conjuntamente com os saldos do ano anterior, cobrisse a dívida da terceira prioridade e a dívida não referida da quarta prioridade, mas, segundo uma fonte portuguesa, não foi feito qualquer pagamento da dívida da quinta prioridade, onde se incluem operações a descoberto estimadas em 45 milhões de dólares.

«A nossa dívida para com Portugal está longe de ser paga: foi apenas adiada, e agora que se verifica o vencimento das primeiras prestações que resultam das negociações das diferentes categorias os fluxos cambiais provenientes do fornecimento de petróleo em 1995 vão ser insuficientes», disse ao EXPRESSO um alto funcionário da Sonangol Portuguesa.

* com H.C.M.



Augusto Tomás

Mário Teodoro

Culto de Samora renasce em Moçambique

EXPRESSO, 3 6 95

REFINALDO CHILENGUE
correspondente
em Maputo

FRUSTRAÇÕES generalizadas, crise de autoridade ou saudosismo estão a levar milhares de moçambicanos a procurar consolo no falecido líder Samora Machel, como forma de ressuscitar o comunismo no país.

São cada vez mais frequentes as referências abonatórias à figura do líder, que morreu há nove anos num acidente de aviação em território sul-africano, e são cada vez maiores a

procura e oferta de cassetes audio com os discursos de Machel.

Em escritórios, barbearias e tabernas — e até mesmo em viaturas luxuosas — é normal os proprietários ignorarem as numerosas estações de rádio ou cassetes de «rap», «zouk» ou a caseira «marabenta» para reviverem os discursos de Machel proferidos durante a célebre «Operação Produção», desencadeada em princípios da década de 80, para «combater a inércia e desalojar os reaccionários» dos pontos-chave da economia do país. O fenómeno nota-se mais na região Sul, em especial na

província natal de Machel, Gaza, e Maputo.

Ideais saudosistas

Os samoristas alegam que com Machel no poder não existiriam tantos partidos políticos, «invasões de brancos, particularmente dos 'boers', e não se verificaria o regresso maciço dos portugueses». Nem se registaria a galopante degradação dos valores morais e sociais, a criminalidade, a corrupção e outros males que campeiam em Moçambique. «Samora vive no coração de cada um de nós» é o lema destes «saudosistas».

O Partido Comunista de Moçambique (PACOMO), que parece estar por detrás do movimento, reivindica-se herdeiro do programa da Frelimo aprovado no seu III Congresso em 1977, no qual o partido se tornou «marxista-leninista». Defende uma economia centralizada e uma «política comunista africana» não longe da seguida logo após a independência do país, altura em que «o povo era dono da sua terra e tinha direito à saúde e à educação». O PACOMO afirma contar com muitos simpatizantes no seio do partido no poder, o que não é desmentido pela cúpula da Frelimo. ■

Angola um mês após a cimeira de Lusaca

Quase 2000 capacetes azuis já se encontram no terreno

PÚBLICO, 4.6.95

Jorge Heitor*

Um mês praticamente decorrido sobre a data em que José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi se encontraram na Zâmbia, Angola está a dar passos seguros no sentido de aplicar finalmente como deve de ser os acordos de paz elaborados em Bicesse e em Lusaca. A ONU instala-se no terreno, a fim de verificar se tudo decorre conforme o combinado.

São já quase 2000 os capacetes azuis presentes em Angola, para a Missão de Verificação das Nações Unidas (Unavem III), que até Setembro poderá ultrapassar os 7000 homens e dar um contributo substancial para a plena aplicação, de uma vez por todas, dos acordos de paz que nos últimos cinco anos foram elaborados em Portugal e na Zâmbia, com apoio dos Estados Unidos e da Rússia.

Quatro semanas depois de o Presidente José Eduardo dos Santos ter ido a Lusaca conferenciar com o líder da UNITA, Jonas Savimbi, a situação normalizou-se em grande parte do país, designadamente no Norte, com veículos da ONU a circula-

rem entre os municípios de Uíge e Negage, que foram daqueles onde no ano passado mais se combateu.

A Comissão Conjunta (CC) encarregada de fazer cumprir o Protocolo de Lusaca, que data de Novembro de 1994 e actualiza os acordos que em 1991 fora possível obter em Portugal, reuniu-se sexta-feira no Negage, em mais um indício claro de que as coisas tendem pouco a pouco para o regresso à normalidade.

Quando todos os capacetes azuis portugueses, brasileiros, indianos, britânicos, uruguaios e das demais nacionalidades estiverem finalmente em Angola, dentro dos próximos três meses, as tropas da UNITA instalaram-se nas áreas marcadas para o seu aquartelamento e passam a ser incorporadas nas Forças Armadas Angolanas (FAA), que mais tarde terão de vir a ser substancialmente reduzidas.

Recolha de armamento

Ao longo do segundo semestre de 1995, o país deverá assistir à recolha, armazenamento e custódia do armamento da UNITA, bem como de todo o armamento na posse de civis, sob a fiscalização da ONU. E os generais do Galo Negro que no fim de 1992 se afastaram das FAA, depois das eleições gerais, deverão a elas regressar, antes de se começar com a desmobilização dos excedentes, que é tarefa a atirar provavelmente já para o próximo ano.

O representante especial

das Nações Unidas em Angola, Alioune Blondin Beye, desloca-se a partir de hoje a Nova Iorque, onde deverá entregar ao secretário-geral Butros Butros-Ghali mensagens do Presidente José Eduardo dos Santos e de Jonas Savimbi, os políticos que o mês passado encetaram na State House, em Lusaca, uma nova fase do seu relacionamento, após longos anos de profundo antagonismo.

É sabido que os angolanos gostariam de receber a visita de Butros-Ghali durante o próximo mês; e, também, que a chegada dos milhares de capacetes azuis que ainda faltam não se arraste muito para além de Agosto, pois que só com a presença de todos eles será possível garantir a irreversibilidade do processo.

Antes de partir, Beye combinou com a UNITA a saída da Jamba de todas as populações desde há muito afastadas das suas terras natais. Crianças e velhos deverão ser os primeiros a abandonar aquele histórico bastião da guerrilha, situado na fronteira de Angola com a Namíbia.

Reabertura das estradas

A desactivação da Jamba e da emissora que nela funciona, a Voz da Resistência do Galo Negro (Vorgan), deverão ser marcos na normalização da vida em Angola, um país que ainda nem sequer conheceu dois anos de paz, em duas décadas de independência.

A reunião que a CC efec-

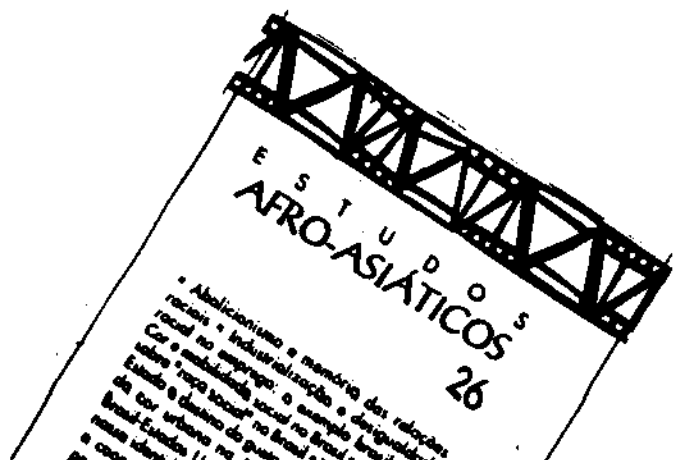
tuou sexta-feira no Negage, depois das de Huambo, Lobito e Bailundo, significa que os dois principais partidos angolanos querem estar juntos em toda a parte e assumir por completo a reabertura de todas as vias de circulação, apesar dos milhões de minas que ainda há a desactivar, por Angola fora.

Asfaltar de novo as estradas, recolocar pontes e reactivar os caminhos de ferro são tarefas para os próximos anos, de modo a que aquela antiga colónia portuguesa volte pelo menos aos níveis de desenvolvimento material que estava prestes a atingir quando foi marcada a data para a proclamação da sua independência, em 1975.

No entanto, isso só será possível se se mantiver o bom clima surgido o mês passado em Lusaca, se Savimbi comparecer em Luanda dentro das próximas seis semanas e se ele e o Presidente da República reafirmarem um profundo empenhamento na reconciliação nacional. Reconciliação que passa inclusive pela participação de elementos da UNITA na polícia, na administração local, nas administrações provinciais e no Governo.

O Protocolo de Lusaca prevê a descentralização e a desconcentração administrativa de Angola, de modo a que as diferentes regiões não se possam queixar de um peso excessivo de Luanda e da sua burocracia. ■

* com Aguiar dos Santos, em Luanda, Lusa e AFP





vozes em português

Mia Couto*

Cataratas do céu



PÚBLICO, 4.6.95

(Quando não se pode tomar decisões erradas
só se tomam decisões erradas)

Autor ilegível

Levaram o menino a ver o aeroporto. Vestiram-no de domingo, engomaram sua alma, lustraram seu pé. De mão dada, ele entrou no chapa (1). O tio desconferiu uma riqueza de notas. Tudo em sorrisos, como se tudo aquilo fosse cumprir de promessa.

O menino era desses que a guerra deslocou não só de endereço mas de vida. Vinha de lá, onde a terra desfaz fronteira com outras terras. Nesse seu lugarinho tudo era sossegado, ate o tempo ali ganhava vastas preguiças.

Agora, em casa dos tios, o menino só encontrava espantos no rumor da cidade. Certa vez, o rapaz entrou em casa, afogueado: um avião atravessara as nuvens, em cima. O tio lhe perguntou: "Mas nunca viu, nem cheirou barulho no ar?" Nada. O céu de lá era muito desqualificado, nele nunca riscara nenhum avião.

Com o tempo, a família começou a se preocupar com a cabibuxeza da criança, sempre de olhos minhocando o chão. No início, ele nem queria sair de casa. O tio se maçava, o coração lhe subia a cabeça.

— Um dia esse miúdo vai-se chocar com a vida!

"Deixa-lhe, marido", era conselho da velha tia. Ela entendia de feridas e sofrências. Quando o pão é magro quem escasseia é o homem. Quem sabe o que aquele menino passara, lá de onde vinha? O marido que dispensasse cuidados. Aquilo era assunto de ternura e mãe.

O tio reagia: "Como deixa? Será que esse menino não tem jeito nem para viver? Sempre e sempre de olhos no chão. Esse mufana (2) foi e mal-olhado. Até me arrepia: parece que o olho dele tem medo da pálpebra."

Uma noite, o tio estremunhou-se. Acordou a mulher e lhe revelou suas sonâmbulas reflexões: "Eu sei o que sucede com ele, esse nosso sobrinheiro não é um deslocado de guerra. A guerra é que deslocou-se para dentro dele. E agora, como tirar a guerra de lá dos interiores, como desalojar a malvada lá das províncias da sua alma? Não há comissão governamental, nem missão das Nações Unidas. Não há departamento para esse caso." A mulher cortou:

— Porque não me deixa titiar esse menino sozinha?

O homem nem respondeu. Levantou-se e foi ao quarto do sobrinho. E lhe falou assim: "Amãhãzinha vais ver aviões adiante do céu barulharem até te encheres de ouvidos."

Meio oculto no lençol, o miúdo adivinhava temores. O tio nem dava as confianças: "Eu já entrei num desses bichos. Como entrei! Tua tia até chorou. Se tive medo? Nem medo, nem receio.

Eles é que tiveram medo. Por isso me amarraram na cadeira."

Retornado ao seu quarto, o tio inchou uma esperteza vaidosa no peito: "O que ele precisa é o céu se abrir para ele. Compreende, mulher? O céu tem que se abrir para ele." A esposa sacudiu a cabeça, receosa.

Agora, desembarcando em pleno aeroporto, o menino lantejilhava em redor. Tudo era sonho. Seus olhos se abasteciam de súbitas e infinitas visões. Não falou, não sorriu. O tio, à distância, comentava: "O miúdo está em estado, coitadito."

Chegada a hora do deitar, ele permaneceu sentado, mais rígido que a tábua da cama. A tia lhe reservou um carinho:

— Que tu tens, meu filho?

E ele então falou. Disse muito oficialmente:

— Quero ser um avião!

Manhã seguinte, todos riram. A tia lembrava a solenidade da declaração. Não queria ser piloto, técnico espacial, mecânico, simples passageiro. Nada. Avião era o que ele queria ser. O tio acrescentou piada:

— Quer ser Boeing ou DC 10?

O miúdo não achava graça. No fundo, ele já se tinha todo ele decidido. E nunca mais da sua boca se escutou sílaba que fosse. Se insulou no quarto, sentado, imovente. Os braços cumpriam ordem de serem asas, o corpo duro, quase metálico. Deixou de comer, deixou de beber. A custo a tia lhe insistia, em copo fingido: "Vá, meu filho, isso aqui é combustível!" Mil vezes o tio lhe falou, em várias tentações e tentativas:

— Não prefere ser um pássaro, vivinho de alegrias?

Tudo inresultava. Reolveram conduzi-lo de novo ao aeroporto. Todo o caminho, o miúdo, de braço aberto, fixo que nem aço. Chegado ao aeroporto, o menino olhou extasiado seus companheiros de espécie, as aeronaves. E desatou correndo, roncando seus fantasiosos motores. Olhando a criança correndo de encontro ao sol, o tio até se lagrimava, comovido:

— Veja, veja como ele brinca!

E assim ganhando mais e mais velocidade, braços cruzando o sonho, o menino se confundia, a contraluz, com o fogo inteiro do poente. Seria no instante que o céu se abriria para aquela criaturita?

Pupila esgrimando o sol, o tio ainda acreditou ser um pássaro que lançava seu voo da varanda para o distante chão. Só depois ele soube que o céu está padecendo de cataratas, repentinas névoas que impedem Deus de nos espreitar. ■

* escritor moçambicano

(1) Transporte semicolectivo

(2) Moço

Acontecimentos anteriores às eleições ainda agitam a África do Sul

Mandela a contas com a polícia

PÚBLICO, 6.6.95

Jorge Heitor

E de repente a lua de mel chegou ao fim. Nelson Mandela já não é só, e apenas, o Presidente bem-amado de quase todos os sul-africanos; mas também aquele que muitos se apressam a criticar, por haver confessado ter sido duro em vésperas das eleições do ano passado. Entretanto, a violência volta a crescer.

O chefe da polícia sul-africana, George Fivaz, anunciou ontem que pretende ouvir o Presidente Mandela, sobre o papel que este afirmou quinta-feira haver tido nos incidentes de 28 de Março do ano passado, durante os quais manifestantes do Inkatha foram mortos à porta da sede do ANC.

A tensão está a crescer na África do Sul, com dezenas de mortos durante o último fim-de-semana, e o jornal britânico "Guardian" atribuiu mesmo a um dirigente do Inkatha a afirmação de que o seu partido começará a matar milhares de pessoas se Nelson Mandela não for detido durante os próximos dias.

Os analistas políticos citados pela agência Reuter disseram que a confissão feita por Mandela, de que afirmara aos segurantes do ANC que poderiam disparar a tratar se o edifício estivesse em vias de ser in-

vadido pelos militantes da força adversária, prejudicou fortemente a sua imagem.

O comissário Fivaz declarou pretender que o inquérito aos incidentes de Shell House, sede do ANC, termine em breve, mas que entretanto os políticos devem manter a calma, para que atitudes mais precipitadas não coloquem em perigo a segurança geral.

lezi, não queria ir às eleições gerais marcadas para Abril, alegando que não fora devidamente escutado durante o processo negocial preparatório da ida às urnas. Por isso, organizou uma grande manifestação no dia 28 de Março; e quando chegou junto às instalações do movimento dirigido por Nelson Mandela os acontecimentos precipitaram-se.

O homem que é hoje Presidente da República disse quin-

Há 15 meses

Há 15 meses ainda o Inkatha, de Mangosuthu Buthe-

Continua na pág. 10

histórias do mundo

Buthelezi e a loucura

PÚBLICO, 5.6.95



O truculento príncipe zulu Mangosuthu Buthelezi, líder do partido Inkatha e ministro sul-africano do Interior, deu-se ao trabalho de escrever à revista "Leadership" a fim de explicar que... não é tão maluco quanto dizem.

É um completo disparate afirmar que tenho uma deficiência de açúcar que me desequilibra. Esta interpretação dos factos carece de qualquer base médica", elucidou o tio e antigo tutor do rei Goodwill Zwelithini, a propósito de algumas considerações que a mesma publicação de Joanesburgo fizera sobre a sua pessoa.

Com efeito, reconheceu o ministro, existe um tradicional défice de açúcar no sangue azul da casa real zulu, mas no seu caso particular essa carência sempre foi suave, não tendo feito dele o tirano e o violento belicista que a "Leadership" afirma.

Acreditem ou não, não sou tão louco quanto dizem", sublinhou o mais controverso dos políticos sul-africanos, que segundo os analistas do seu país é imprevisível, passando de uma hora para a outra da mais charmosa das criaturas a um indivíduo detestável.

Buthelezi está inscrito no Guinness Book of Records como autor do mais longo discurso de sempre: 400

páginas lidas ao longo de cinco dias na Assembleia Legislativa do Kwazulu, o bantustão de que foi primeiro-ministro de 1976 a 1994 e de que fez a sua principal base de apoio para vir a ter um papel a nível nacional, após o desmantelamento do "apartheid".

Além disso, o príncipe, nascido em 27 de Agosto de 1928, também tem experiência cinematográfica, pois que interpretou a figura do chefe histórico Cetshwayo, do século passado, no filme "Zulu", tendo então contracenado com Michael Caine. Mas mantém uma relação muito difícil com a comunicação social, tendo chegado o ano passado a entrar de rompanete num estúdio de televisão, a fim de apresentar "em directo" um ritual que lhe fizera críticas.

Continuação da pág. anterior

Mandela a contas com a polícia

ta-feira passada no Senado que os manifestantes já tinham causado mortos noutras zonas, pelo que pretendeu a todo o custo evitar que eles entrassem no edifício do ANC, tendo dado ordens aos respectivos guardas para disparar, se necessário.

Como esses disparos vitimaram oito sequeiros de Buthelezi, o chefe do Estado perdeu por agora a imagem de pacifista e de conciliador que desde há muito o rodeava, tendo surgido de diversas forças políticas pedidos para que se explicasse melhor, ou até mesmo para que encarasse a hipótese da renúncia.

No entanto, os analistas políticos da situação sul-africana não crêem que haja verdadeiramente uma profunda crise governamental nem que a posição do Presidente se encontre ameaçada, até porque não há de imediato uma alternativa credível, mesmo sem ele ser a pessoa imaculada que alguns desejariam.

Durante o último fim-de-semana 21 pessoas morreram em

actos de violência na província do Kwazulu/Natal e 42 na região de Joanesburgo, podendo a situação tornar-se muito pior se este caso não for ultrapassado com rapidez e Mandela sobreviver pouco chamuscado, uma vez que só ele é considerado — apesar de tudo — capaz de manter a África do Sul relativamente unida e tranquila.

O Presidente que em Maio do ano passado sucedeu a Frederik de Klerk tem procurado dar um particular ênfase à reconciliação de todos aqueles que no passado se combatiam, mormente os que haviam defendido o "apartheid" e os que contra ele lutaram. E por isso a sua acção costuma ser considerada brilhante, muito em especial quando comparada com as de outros políticos africanos. Mas as luas de mel não duram sempre...

Sessão de emergência

Mandela convocou o Parlamento para uma sessão de

emergência, amanhã, a fim de debater os trágicos episódios do 28 de Março de 1994, quando o Inkatha decidiu insistir uma vez mais na importância da monarquia zulu, cujo papel deseja ver inequivocamente reconhecido na nova África do Sul.

Se o debate parlamentar não for devidamente esclarecedor e se o inquérito policial não estiver pronto o mais depressa possível, lá se esmorecerão bastante as esperanças de um milagre sul-africano, que desse alento aos demais povos do continente, muitos deles a braços com problemas de pobreza e de má administração.

Por enquanto, o país não é muito diferente daquilo que Nelson Mandela encontrou em Maio do ano passado, quando tomou posse, à frente de

um Governo de Unidade Nacional, de que surpreendentemente até faz parte o Inkatha, inimigo fidalgo do maioritário ANC. Mas existem planos para criar novos postos de trabalho e novas residências, com mais condições; planos esses que é claro só se poderão concretizar se houver tranquilidade.

A África do Sul está a viver numa espécie de limbo, entre as tristes memórias do passado e as esperanças nem sempre muito consistentes num futuro melhor. Ontem mesmo, quando regressavam de um desfile de protesto contra a violência tantas vezes patente na província do Kwazulu/Natal, governada pelo Inkatha, simpatizantes do ANC atiraram-se para o chão ao ouvirem disparos de uma arma automática (conforme se vê na foto acima). E a incerteza que persiste, num povo traumatizado e ainda carente de uma mais completa reconciliação entre todas as suas componentes. ■

Vice-ministro dos Negócios Estrangeiros fala ao PÚBLICO

Mercenários sul-africanos já chegam à Serra Leoa

PÚBLICO, 6.6.95

O VICE-MINISTRO sul-africano dos Negócios Estrangeiros, Aziz Pahad, disse ao PÚBLICO estar muito preocupado com as notícias de que a empresa Executive Outcomes, formada principalmente por antigos membros das Forças Armadas da África do Sul, começou a treinar soldados na Serra Leoa, além de possivelmente estar envolvida em actividades militares no Sudão.

"A nossa política pretende promover a paz e a estabilidade no continente, pelo que faremos todo o possível para proibir o recrutamento de merce-

nários. Mas a legislação existente é ambígua, pois que não define o que se entende por mercenário", reconheceu Pahad.

Em 1993 e 1994 a Executive Outcomes treinou unidades do Exército angolano e, segundo alguns analistas, deu um contributo fundamental para que as forças de Luanda tivessem vencido as da UNITA no Nordeste e no Centro do país. Depois disso, as suas actividades alargaram-se a outras zonas, algumas delas já a milhares de quilómetros de casa.

Se tal género de actividades deixa o Governo

embarracado, já o mesmo não acontece com as dos fazendeiros sul-africanos que pensam ajudar a desenvolver o potencial agrícola de outros países, a começar pelo vizinho Moçambique.

"Se conseguirmos explorar todo o potencial da região, poderemos garantir a nossa auto-suficiência em termos de alimentos, e, ao mesmo tempo, poderemos servir de motor para o resto do continente", disse-nos Aziz Pahad, de 54 anos.

"A Organização de Unidade Africana deve reavaliar as suas principais funções, diminuindo a preocupação com as questões políticas para po-

der dar mais atenção às crises económicas e sociais", opinou aquele quadro do ANC, que na Inglaterra tirou um masterado em relações internacionais.

Quanto à Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), cujo objectivo é promover o progresso conjunto de uma série de países, o vice-ministro afirmou acreditar que, "com a democratização da África do Sul, de Moçambique e de Angola, toda a região poderá ser eficiente e próspera". ■

Steven Lang, em Joanesburgo

Guiné-Bissau Caso da mala agrava-se

PÚBLICO, 7.6.95

O MINISTÉRIO dos Negócios Estrangeiros (MNE) português chamou a Lisboa o encarregado de Negócios na Guiné-Bissau, Fernando Teles Fazendeiro, que deverá receber instruções relacionadas com a mala diplomática que se encontra retida no aeroporto da capital guineense desde o dia 7 de Maio.

A convocação do Encarregado de Negócios — o lugar de embaixador em Bissau continua por preencher — indica

que Lisboa poderá subir de tom neste caso, que já provocou o adiamento de uma reunião preparatória da Comissão Mista onde se discute a cooperação entre os dois países.

O próprio MNE guineense admitiu haver "indícios de, eventualmente, existirem algumas medidas de retaliação" pensadas por Lisboa. O Palácio das Necessidades não comenta estas declarações de Ansumane Mane, prestadas ontem à agência Lusa em Bissau, mas reconhece que um dos assuntos a tratar com o representante de Portugal na aquela capital é o caso da mala diplomática retida há um mês.

Ansumane Mane culpa a embaixada portuguesa em Bissau pela situação gerada em torno do episódio. Segundo o chefe da diplomacia guineen-

se, a embaixada e a alfândega divergem nas "interpretações técnicas" sobre a natureza da bagagem retida. A embaixada considera-a mala diplomática, a alfândega diz que se trata de carga diplomática.

Insistindo que se trata de mala diplomática, a embaixada portuguesa apoia-se na Convenção de Viena para se recusar a abri-la, negando um pedido nesse sentido feito pelas autoridades guineenses. Ao abrigo da Convenção de Viena, a mala diplomática "não poderá ser aberta ou retida" sem a anuência das autoridades do país de onde é proveniente. A mesma convenção determina que a mala diplomática "deverá conter sinais exteriores que indiquem o seu carácter e só poderá conter documentos documen-

tos diplomáticos e objectos destinados a uso oficial".

Aparentemente, a alfândega da Guiné-Bissau não acredita que o conteúdo da bagagem enviada por Lisboa corresponda a essa definição. Quando assim é — quando o país receptor desconfia do conteúdo de uma mala diplomática que está legalmente impedido de verificar sem o acordo do país remetente —, a norma é fazer a devolução à procedência.

O MNE guineense disse ontem ter já falado com o secretário de Estado português da Cooperação, a quem pediu que solicitasse "uma maior colaboração da embaixada com vista a uma solução" para um caso que começa a provocar mal-estar nos meios diplomáticos portugueses. ■

PESC da Europa a sul do Sara

Lomé é um cadáver adiado

PÚBLICO, 7.6.95

Jorge Heitor
e Teresa de Sousa

Que política externa europeia para a África subsariana? Que participação da UEO na gestão dos conflitos africanos? Especialistas europeus e africanos discutem a questão em Lisboa, a partir dos casos de envolvimento dos países da UEO em Angola, Moçambique, Ruanda e Somália. Do "domínio reservado" às "acções comuns" da UE, um longo caminho que abre finalmente algumas perspectivas.

A ideia de que a Convenção de Lomé — entre a União Europeia e a generalidade dos países da África, Caraíbas e Pacífico (ACP) — se encontra ultrapassada e de que o futuro dará preferência aos acordos entre agrupamentos regionais foi ontem defendida pelo investigador moçambicano Fernando Jorge Cardoso, durante o primeiro dos dois dias de um seminário, em Lisboa, do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais (IEEI).

Debater a Política Externa e de Segurança Comum (PESC) dos Quinze em relação à África subsariana, bem como a acção da União da Europa Ocidental (UEO) na gestão das crises e na resolução dos conflitos a sul do Sara, fora a proposta inicial do director do IEEI, Álvaro de Vasconcelos, perante três dezenas e meia de estudiosos de vários países reunidos num hotel da capital. Como casos concretos, estudar-se-ia os de Angola, Moçambique, Ruanda e Somália.

"A política africana da Comunidade Europeia tinha, até Maastricht, como instrumento quase exclusivo os acordos de Lomé. Era predominantemente uma política comercial e de

cooperação para o desenvolvimento, no essencial desligada de considerações sobre a natureza dos regimes dos países parceiros dessa cooperação", recordou Vasconcelos. Para observar, logo a seguir, que, do ponto de vista da política externa e da utilização das forças armadas na gestão das crises, a África ainda continuou a ser vista pelas antigas potências coloniais através do prisma dos "domínios reservados" e só agora se começa a atingir alguma coerência na acção externa da União em relação aos territórios subsarianos.

Posteriormente, o consultor internacional britânico Anthony Hodges, o director dos serviços africanos do ministério português dos Negócios Estrangeiros, António Sennfeldt, e a antiga representante em Luanda do secretário-geral das Nações Unidas, Margaret Anstee, falaram da experiência de envolvimento de Estados da UEO na pacificação de Angola. O primeiro chegou a mencionar o "colapso" do processo encetado em Bicesse, mas foi contrariado pelo general Tomé Pinto, de Portugal, segundo o qual não era possível ter-se feito mais do que se fez há três anos, com os escassos meios que a ONU então disponibilizou. O Protocolo de Lusaca, disse este militar, que participou na formação das novas Forças Armadas Angolanas, a par de oficiais ingleses e franceses, foi uma actualização dos acordos de Bicesse e vai demorar "bem mais de dois ou três anos a concretizar".

Uma ocasião perdida

O processo de paz em Moçambique também mereceu análise cuidada, com o coronel britânico Clive Larkin a sublinhar a importância da cooperação militar entre os países europeus membros da UEO envolvidos na Onumoz (Reino Unido, França, Itália, Espanha e Portugal) e o general Gonçalves Ribeiro a preferir enfatizar o carácter bilateral da cooperação portuguesa com o Maputo.

Mas o exercício talvez mais interessante, do ponto de vista da importância do desenvolvimento de um vector africano da PESC, foi

aquele que o francês Michel d'Oléon desenvolveu a partir do caso do Ruanda, onde a França interveio directamente numa operação humanitária (legitimada pela ONU), que obteve o apoio da UEO e que soube retirar algumas lições dos erros cometidos na ex-Jugoslávia.

O especialista francês recordou que, na altura, quatro opções se colocavam ao Conselho de Ministros da UEO: a primeira, imediatamente afastada, de não apoiar a França; a segunda consistiria em colocar a operação sob a égide da UEO (o que teria atrasado inevitavelmente o seu desencadear); houve uma terceira, que congregaria a vontade de alguns dos países da UEO e que chegou a ser encarada, nomeadamente por proposta italiana; e, finalmente, aquela que foi adoptada, e que se traduziu num apoio mínimo da organização, mas que contribuiu, como era desejo da França, para legitimar a sua intervenção a nível europeu.

Boa parte do relativo êxito da operação (contam-se certamente por milhares as vidas que salvou), pode explicar-se, de acordo com d'Oléon, pelo que a Europa foi aprendendo nos Balcãs. Foi um país (e não a ONU, mesmo que com o seu apoio) quem conduziu a operação; houve um mandato claro e preciso (socorro a todos os civis em perigo e ajuda humanitária), com um tempo de duração bem determinado; não se esperou pelo assentimento de todas as partes en-

volvidas no conflito; a operação foi colocada ao abrigo do artº VII da Carta das Nações Unidas, que permite o recurso a todos os meios para cumprir a missão definida, incluindo o uso da força se necessário.

A partir dos dois casos abordados na sessão da tarde de ontem, foi relativamente fácil chegar às óbvias vantagens a todos os níveis que os países da União têm em "partilhar experiências" e "colocar esforços em comum" para agir na África subsariana, nomeadamente na busca de soluções políticas para os conflitos e nas missões de carácter humanitário. Uma perspectiva que vai muito para além das simples relações económicas, para passar a apoiar-se em critérios que têm como base os valores próprios da Europa. O simples facto de agirem em comum nesta região acaba por ser, também, a melhor maneira de superar as dificuldades que sempre resultam do facto de, como disse João Gomes Cravinho, a alguns países da UE faltar a "isenção histórica" necessária para não levantarem os velhos fantasmas do neocolonialismo.

O seminário prossegue hoje, com a análise do caso da Somália e com um debate sobre a UEO e os mecanismos de prevenção, gestão e resolução dos conflitos em África. Participam John Roper, director do Instituto de Estudos da UEO, o alemão Winrich Kuhne e o embaixador António Monteiro. ■

LIVRO PORTUGUÊS EM CABO VERDE — A Fundação Calouste Gulbenkian concedeu um subsídio no valor de três mil contos para a compra de livros na área das Ciências Sociais e Humanas, destinados à Feira do Livro Português de Cabo Verde, a realizar neste mês. Os livros são adquiridos a editoras portuguesas através do Instituto da Cooperação Portuguesa e do Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro e colocados na feira sob a responsabilidade do Instituto Cabo-Verdiano do Livro. Uma parte das receitas da feira destina-se à União dos Escritores e Artistas de Cabo Verde, revertendo outra para a compra de mais livros a editoras portuguesas e uma terceira fatia para distinguir um jovem escritor do arquipélago com o Prémio Feira do Livro Portuguesa. PÚBLICO, 7.6.95



Abolida a pena de morte

PÚBLICO, 7.6.95

A ÁFRICA DO SUL aboliu ontem a pena de morte, acabando com a ameaça de enforcamento que pendia sobre 453 presos, pois o presidente do Tribunal Constitucional, Arthur Chaskalson, foi bem claro na sua declaração: "A partir desta data, o Estado e todos os seus órgãos ficam proibidos de executar qualquer pessoa já condenada."

A pena máxima foi pela última vez executada em 1989 e o antigo Presidente De Klerk suspendeu-a no ano seguinte, quando decidiu transformar profundamente o país, dar liberdade de acção aos diferentes partidos e negociar a organização de eleições em que todos os cidadãos adultos tivessem direito a voto.

"Toda a gente, incluindo o mais abominável dos seres humanos, tem direito à vida", disse o juiz Chaskalson, numa decisão que é contestada por todos os

que receiam a enorme criminalidade patente na África do Sul.

A maior parte dos que estavam, pelo menos teoricamente, a aguardar a execução por enforcamento eram negros, mas entre eles também se encontravam dois brancos considerados culpados do assassinio do chefe do Partido Comunista, Chris Hani, em 1993: Clive Derby-Lewis, dirigente do Partido Conservador, como mandatário, e o imigrante polaco Janusz Wahus, como executor.

Mandela na rua

Entretanto, o Presidente Nelson Mandela aderiu ontem a uma grande manifestação organizada pela central sindical Conatu e pelos comunistas, tendo saído à rua, subido para um camião e manifestado a sua solidariedade aos trabalhadores

que apresentavam as suas reivindicações salariais.

Mandela pediu ao empresário que se sentasse à mesa com os representantes dos sindicatos e que procurasse com eles uma concertação, de modo a evitar-se que haja greve geral.

Na véspera à noite, o Presidente da República explicara ao chefe da Polícia, George Fivaz, como é que dissera aos seguradoras do ANC que matassem, se necessário, durante a violenta jornada de 28 de Março do ano passado, na qual simpatizantes do partido Inkatha pediram o reconhecimento constitucional da monarquia zulu.

O partido chefiado por Mangosuthu Buthelezi, ministro do Interior, tinha pedido ao comissário da polícia para acusar o Presidente Mandela de cumplicidade no assassinio de umas quantas pessoas que foram abatidas à porta das instalações do ANC.

Fivaz explicou que o Procurador-Geral da República é que decidirá o que é que haverá a fazer quanto a tudo o que aconteceu naquela data, não só à porta do ANC mas também noutros pontos da região de Joanesburgo.

Para hoje, está marcado um debate parlamentar extraordinário pedido pelo próprio Mandela, depois das forças críticas que ouviu depois de haver revelado, na semana passada, que autorizara os guardas a disparar se alguém procurasse entrar na sede do seu partido, um mês antes das eleições gerais.

Enquanto isto, pelo menos 14 milhões de pessoas inscreveram-se como eleitores, podendo assim participar nas autárquicas de Novembro, que deverão ajudar a dar mais um passo no fortalecimento da democracia na África do Sul. O prazo para o recenseamento terminou ontem. ■

Conferência sobre África

O segundo fôlego dos PALOP

PÚBLICO, 7.6.95

DEPOIS da ascensão e queda do investimento português em Angola, "está aberto o segundo ciclo de cooperação com os PALOP", anunciou ontem com ar triunfal o comissário europeu para as relações com os ACP (África, Caraíbas e Pacífico), João de Deus Pinheiro, na sessão inaugural do seminário "Opção África", que decorre até hoje no Europarque.

Só que, seguindo o mote dos discursos oficiais e dos próprios empresários, Angola parece encontrar-se agora em segundo lugar nas prioridades de investimento. Aberta ou veladamente, os olhares dos empresários dirigem-se cada vez mais insistentemente para a estabilidade de Moçambique.

"É uma reacção natural", justifica Deus Pinheiro, porque aqui "os riscos de investimento diminuíram". Ou, como resumiu Ludgero Marques, presidente da Associação Industrial Portuguesa (AIP), se "Angola tem força mas não tem jeito, Moçambique tem jeito e não tem força". Depois da desilusão dos anos que se seguiram ao fracasso dos acordos de Bicesse, os empresários portugueses parecem cada vez mais interessados em celebrar negócios com quem tem "jeito" em vez de apostarem deliberadamente numa economia que

tem "força", mas não reúne condições plenas para o seu aproveitamento integral.

A lição de Miguel Cadilhe

Foi por isso exemplar a lição de Miguel Cadilhe, que recentemente visitou Moçambique, sobre os processos de transformação em curso naquele país do Índico. O presidente do Banco de Fomento e Exterior teceu rasgados elogios ao processo de privatizações naquele país e mostrou-se "impressionado" com o esforço de modernização evidenciado pelas suas empresas. Há por isso "ambiente para o investimento", disse Cadilhe, e "neste processo os empresários portugueses podem ter vantagens", acrescentou.

Há, no entanto, que traduzir essas vantagens estratégicas em acções de facto. "Doeu-me a alma constatar que há milhares de crianças que querem aprender e não têm livros em português", disse Miguel Cadilhe. "Porque é que o Governo português não teve coragem para inscrever no Orçamento de Estado uma verba suficiente para financiar a compra de livros", indagou, dirigindo um olhar intencional ao secretário de Estado da Cooperação, Briosas e Gala.

Mais grave que esta omissão das autoridades portuguesas só talvez a "ausência de sentido de risco dos empresários nacionais", para usar a expressão de Briosas e Gala. O número de empresas inscritas na DG VIII da Comissão Europeia — que trata do comércio externo com os ACP — "é escandalosamente baixo", e as transacções com estes países ficam-se pelos seis por cento do volume total do comércio exterior do país. "Temos de aproveitar a oportunidade já, nem que seja só pondo um pé nesses países", disse João de Deus Pinheiro.

Ludgero defende os empresários

Ludgero Marques reagiria pouco depois às críticas lançadas por Deus Pinheiro à escassa iniciativa dos empresários dizendo que "a agressividade nasce com o ambiente propício para os negócios e isso só agora é que se está a instalar".

Nem os instrumentos financeiros ao dispor dos empresários, como o Fundo de Cooperação Económica que conta com um "plafond" de quatro milhões de contos para incentivar o esforço de investimento das empresas, nem o regime de ajudas estruturais propostas pela

União Europeia — num valor que para os próximos anos se situará entre os 14 e os 16 mil milhões de ECU (mais de 600 milhões de contos) —, parecem, no entanto, ser de imediato capazes de suscitar um regresso em força a África. "Os empresários só se aventuram nos riscos com condições mínimas", diz Ludgero.

Sobram dúvidas, que, aparentemente, encontraram algumas respostas nas intervenções dos oradores do seminário, que hoje encerra com a participação do ministro dos Negócios Estrangeiros, Durão Barroso. Miguel Cadilhe começou o seu discurso com a confissão da sua "crença" nas potencialidades de África, Ludgero mostrou uma redobrada esperança nos mercados dos PALOP, Briosas e Gala pediu "garra" aos empresários e Deus Pinheiro deixou no ar uma mensagem, no mínimo, entusiasmante: o segundo ciclo africano "poderá determinar que, na viragem do milénio, a África Austral, arrastada pela estabilidade democrática e pelo fim da guerra e conduzida pelo farol que é a África do Sul, se transforme numa economia emergente", seguindo os passos do Sudoeste asiático no fim dos anos 70. ■

Manuel Carvalho

Tiros e explosões abalaram ontem Bujumbura

A África continua a tremer

PÚBLICO, 8.6.95

Jorge Heitor

Os combates desta semana na capital do Burundi chamaram uma vez mais a atenção para as numerosas crises e conflitos que se detectam na África, da sua vertente árabe às terras austrais. É um continente onde antigas estruturas foram destruídas por intervenção estrangeira e onde as novas ainda não tiveram tempo de se solidificar.

Centenários de soldados do Burundi, que na sua maior parte são afectos à antiga camada social dirigente, os tutsis, entraram ontem na última grande fortaleza dos hutus na área da capital, o subúrbio de Kamenge, a fim de expulsar uma milícia extremista.

Tiros de armas automáticas e explosões abalaram Bujumbura durante grande parte do dia, depois de as tropas terem aparecido nas ruas em carros blindados, equipados com canhões e metralhadoras pesadas. A acção estendeu-se igualmente aos subúrbios de Kinama e Gasenyi, onde algumas casas ficaram em chamas.

Foi o primeiro-ministro Antoine Nduwayo, um tutsi, quem deu a ordem para que os militares entrassem em Kamenge, ao fim de uma semana de cerco. Era mais um episódio do profundo conflito que desde há mais de 35 anos, no Burundi e no vizinho Ruanda, opõe as populações minoritárias, criadoras de gado, os tutsis, às maioritárias, hutus, que vivem apenas do amanho de um pedaço de terra.

A norte do Ruanda, outra crise está a desenhar-se progressivamente no Uganda, que é um país maior mas sem tanta coesão, pois que resultou da junção de alguns antigos reinos e de áreas tribais que eram lideradas por sobas. O mais importante desses reinos era o do Buganda, que ainda hoje em dia

luta por um estatuto especial, dentro de uma Constituição de cunho federalista. Os monárquicos dão corpo a uma das diversas guerrilhas que estão a actuar em diferentes regiões ugandesas.

De Klerk contra Mandela

No extremo austral do continente, outra causa monárquica, a zulu, está a levantar problemas à estabilidade da nova África do Sul, com o anterior Presidente, Frederik de Klerk, a dizer agora — numa entrevista à agência noticiosa Associated Press — que o seu sucessor, Nelson Mandela, cometeu "graves erros", que teriam prejudicado a sua imagem de estadista e o próprio país.

De Klerk, hoje em dia segundo vice-presidente, insistiu em que a velha rivalidade entre

Mandela e o líder do partido Inkatha, Mangosuthu Buthelezi, terá de ser resolvida quanto antes, sob pena [subentende-se] de a violência política impedir a tão necessária estabilidade económica e o desenvolvimento que deveria ser travão a um crescimento da miséria e do crime.

O Presidente Mandela esteve ontem no Parlamento a defender a ordem dada o ano passado aos guardas do ANC para que matassem manifestantes, se necessário, a fim de evitar que simpatizantes do Inkatha entrassem na sede do movimento político maioritário.

Só quando a África do Sul conseguir resolver os mais prementes dos seus problemas é que poderá contribuir de forma decisiva, como alguns desejam, para o desenvolvimento geral e a estabilidade dos países da região, entre os quais se encontram a Namíbia, o Lesotho, a

Suazilândia, o Botswana, Angola, Moçambique e o Zimbábue.

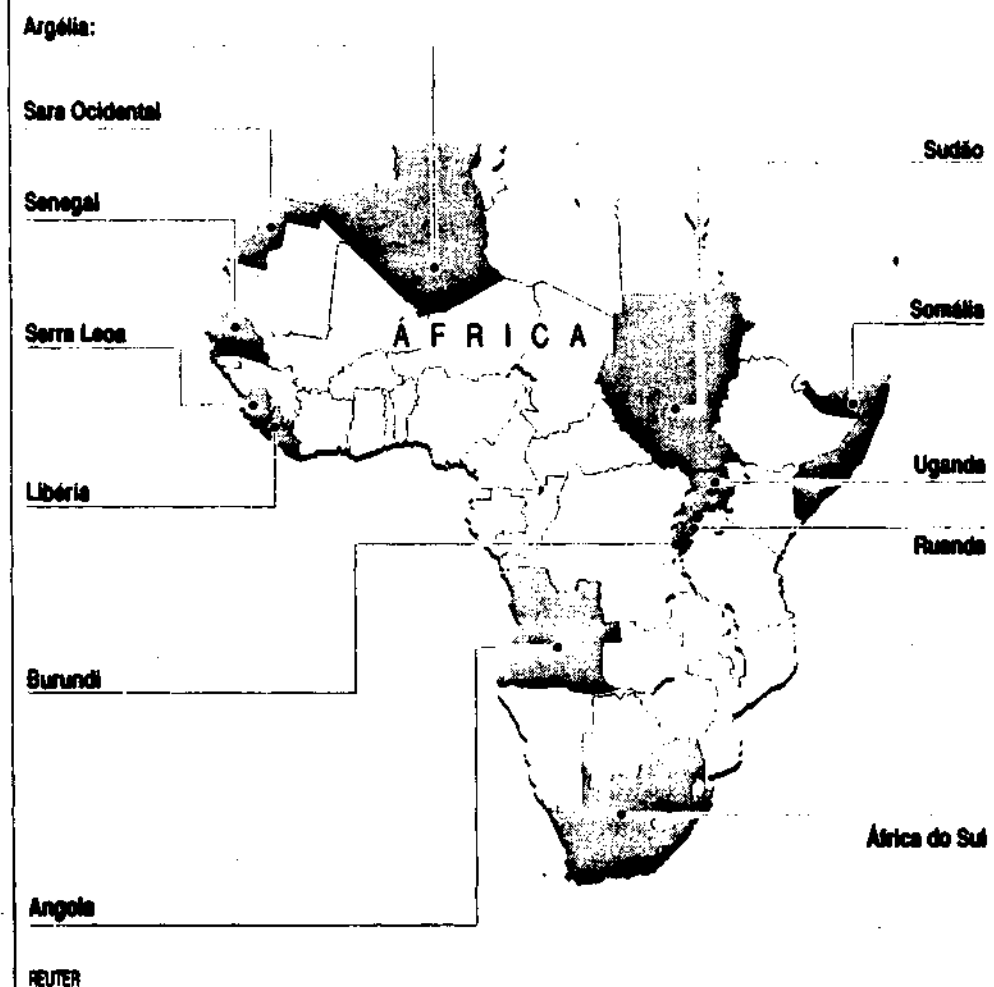
Da Somália à contracosta

Desde o Corno de África, banhado pelo Índico, à contracosta, onde a anarquia reina na Libéria e na Serra Leoa, o continente apresenta múltiplas manchas de crises e conflitos abertos ou latentes que impedem a sua saída de um certo estatuto de menoridade que normalmente lhe é dado pelas potências industrializadas.

O separatismo da Somalilândia ou do Casamansa, a luta entre diferentes clãs e milícias somalis, a guerra entre o norte e o sul do Sudão, a causa independentista de Cabinda, a cam-

DOZE CASOS EM ABERTO

O mapa mostra algumas das regiões da África onde hoje em dia ainda se apresentam em aberto situações de conflito



Continua na pág. 14

Continuação da pág. anterior

A África continua a tremer

panha da Frente Polisário a favor de um Sara Ocidental subtraído à ocupação marroquina, o fundamentalismo islâmico na Argélia... tudo isto são situações que o mundo não pode ignorar.

Algumas delas derivam do

facto de as colorizações dos últimos séculos terem destruído antigas estruturas estabilizadoras que haveria nas terras africanas, sem terem dado tempo para o nascimento e consolidação de novas entidades político-sociais. ■

faz do Governo de Unidade Nacional constituído em Maio do ano passado, sob a liderança de Nelson Mandela. A falta de emprego, o elevado nível de criminalidade e os apelos do Inkatha a uma vasta autonomia para as diferentes províncias constituem desafios a enfrentar sem demora pelas autoridades. ■

Sudão

O MAIS extenso dos países da África está actualmente a ser regido por uma junta militar que é fortemente influenciada pelo fundamentalismo islâmico e que enfrenta a guerrilha que, desde há décadas, se movimenta entre os cristãos e os animistas do Sul. Para alguns ocidentais, Cartum é a porta africana dos ventos que sopram do Irão e poderá constituir um poderoso foco de agitação a ocidente do Mar Vermelho. ■

Somália

AS FORÇAS dos Estados Unidos e da ONU tiveram de desistir do seu objectivo de pacificar os clãs somalis e de reconstituir um país que nos últimos anos se esfrangalhou. Mohamed Aidid continua a ser o mais conhecido dos "senhores da guerra", não se vislumbrando ainda no horizonte o dia em que a Somália voltará a ser a estrutura unificada com que sonharam britânicos e italianos, ao retirarem-se do Corno de África, em 1960. ■

Uganda

DESCENDENTE de um antigo protectorado britânico a sul do Sudão, por onde passava o desejo que Londres tinha há um século de ditar a lei do Cairo ao Cabo, o actual Uganda de Yoweri Museveni é um Estado ainda pouco consistente, onde se movimentam diversos grupos de guerrilha. Não se tem falado muito dele, mas de um mês para o outro a situação poderá precipitar-se e mais algum sangue correr para os Grandes Lagos. ■

Ruanda

FOI O PAÍS africano onde ocorreu a maior tragédia de 1994: perto de um milhão de pessoas chacinadas em pouco mais de três meses e alguns milhões a terem de abandonar as suas lavras. O actual Governo de Kigali tem como principal componente a Frente Patriótica Ruandesa, identificada com a antiga elite tutsi, mas os extremistas hutus que há um ano fugiram para o Zaire estão armados e poderão voltar em qualquer altura. ■

Burundi

OUTRO TERRITÓRIO da região de Grandes Lagos, quase o mesmo do Ruanda, onde tem havido forte tensão entre a minoria tutsi, que tradicionalmente se dedicava à pastorícia, e a maioria hutu, que vivia do amanho da terra. O Exército continua a ser dominado pelos tutsis e ainda nos últimos dias teve confrontos com as milícias hutus, receando-se desde há muito que as animosidades possam degenerar em mais uma carnificina. ■

Argélia

MAIS DE 40 mil pessoas morreram nos actos de violência que se têm verificado desde que um Governo apoiado pelas Forças Armadas cancelou, após a primeira volta, as eleições legislativas de 1992, que aparentemente iam ser ganhas pela Frente Islâmica de Salvação (FIS), fundamentalista. Quase todos os estrangeiros estão a evitar a Argélia, dado que muitos dos que ali exerciam a sua actividade já foram vítimas dos fundamentalistas. ■

Sara Ocidental

A MISSÃO das Nações Unidas para um Referendo no Sara Ocidental (Minurso) tem deparado com enormes dificuldades no recenseamento dos legítimos cidadãos saraus que se poderão pronunciar sobre o futuro do território, actualmente ocupado por Marrocos. A Frente Polisário, baseada na fronteira com a Argélia, defende a independência do antigo Sara Espanhol, rico em fosfatos e em bancos de pecca. ■

Senegal

A REGIÃO meridional senegalesa, colonizada outrora pelos portugueses, entre a Gâmbia e a Guiné-Bissau, tem um movimento independentista que gostaria de proclamar um Estado próprio, com a capital em Ziguinchor. O Exército do Senegal patrulha as principais estradas e por vezes as escaramuças com os independentistas do Casamansa levam as tropas a violar território guineense, nas suas missões de perseguição. ■

Serra Leoa

NOOUTRA zona cujo nome evoca uma antiga passagem dos portugueses, a guerrilha de Foday Sankoh controla a maior parte do terreno, deixando ao regime de Valentine Strasser apenas Freetown e outras áreas do litoral. A fim de se tentar defender, o capitão Strasser recorreu ultimamente aos bons officios da empresa sul-africana de consultadoria Executive Outcomes, a que os adversários chamam agência de mercenários. ■

Libéria

O HOMEM que no Natal de 1989 entrou na mais antiga das repúblicas africanas com a sua Frente Patriótica, Charles Taylor, diz agora que quer finalmente negociar a sério com as demais facções existentes no país, de modo a assegurar a paz. Resta ver a que compromisso conseguirá chegar com a força estrangeira de intervenção Ecomog, liderada pela Nigéria, que é o mais populoso país africano e tem um regime militar. ■

Angola

A JÓIA da coroa do colonialismo português de há três décadas faz agora a sua segunda tentativa, desde 1991, de viver em paz, num regime que consiga conciliar os interesses fortemente enraizados do MPLA com as ambições de poder também existentes na UNITA. O secretário-geral da ONU, Butros-Ghali, é aguardado em Luanda no próximo mês, a fim de apadrinhar a reconciliação em curso e de visitar os "capacetes azuis". ■

África do Sul

AS ELEIÇÕES autárquicas de 1 de Novembro serão a primeira oportunidade de o povo sul-africano dizer qual o balanço que

I M P R E S S O